

2004

A Teoria Queer e a Contestação da Categoria “Género”

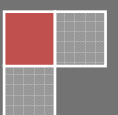
[Type the document subtitle]

In “Indisciplinar a Teoria. Estudos Gay, Lésbicos e Queer”, org. António
Fernando Cascais, s.l.: Fenda, pp 91-98

Miguel Vale de Almeida

MIGUELVALEDEALMEIDA.NET

2004



TEORIA QUEER E A CONTESTAÇÃO DA CATEGORIA "GÉNERO"

in Cascais, António Fernando (org.), 2004, *Indisciplinar a Teoria. Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. S.l.: Fenda, pp 91-98.

A leitura de um pequeno livro de introdução à Queer Theory (Annamarie Jagose, 1996, *Queer Theory - An Introduction*, New York: New York University Press) possibilita um exercício: o de, através da análise de uma obra de divulgação, delinear os traços principais de uma abordagem que se apresenta como um "campo disciplinar", com uma postura político-cultural específica, necessariamente em diálogo ou confronto com outras suas antecedentes ou congéneres. Simplificadoras e programáticas, as introduções deixam transparecer as estratégias de posicionamento do campo que apresentam, revelando, assim, o seu contexto social e político.

Segundo a autora, a ideia de queer surge como não alinhada com qualquer categoria específica de identidade. Esta posição é desde logo colocada como antagónica de categorias mais estáveis e reconhecíveis, como 'lésbica' ou 'gay'. Os estudos gay e lésbicos seriam alvo de um processo de "queering", processo esse que nos é apresentado como constituindo um violento debate entre os que dizem que esse processo erode os últimos traços de uma coerência de género opressiva, e os que criticam o queer como reaccionário e mesmo não-feminista.

Propondo uma definição, a autora diz que «queer descreve os gestos ou modelos analíticos que dramatizam as incoerências nas relações supostamente estáveis entre sexo cromossomático, género e desejo sexual» (Jagose, 1996:3). No entanto, esta definição é indissociável de uma tomada de posição epistemológica: «A teoria queer...desenvolve-se a partir de um reordenamento gay e lésbico das representações pós-estruturalistas da identidade como constelação de posições múltiplas e instáveis» (Jagose, 1996:3).

O problema está pois colocado - a meu ver - como uma tensão: como é possível subscrever a maleabilidade identitária a partir de movimentos e teorias que tentaram validar a existência (e definição) de identidades minoritárias? Sobretudo, quando esse carácter minoritário (relacionado com a marginalização, a falta de poder, etc.) parece necessitar quer do paradigma «étnico», quer de um certo grau de «essencialismo estratégico»?

De facto, os debates sobre o que constitui a homossexualidade (à semelhança daqueles sobre o género) podem ser vistos em termos de uma negociação entre posições essencialistas e construcionistas. Enquanto as primeiras encaram a identidade como natural, fixa e inata, as segunda entendem-na como fluida e como efeito do condicionamento social e dos modelos culturais disponíveis. A posição da autora - e a minha - é que a identidade não é uma categoria empírica demonstrável, mas sim o produto de processos de identificação. A posição construcionista, subscrita pela maior parte dos estudos gay e lésbicos tem, segundo a autora (a meu ver, de forma algo simplificadora) a sua raiz no trabalho de Foucault. Este argumentava que a homossexualidade era necessariamente uma formação moderna porque, embora anteriormente existissem actos sexuais entre pessoas do mesmo sexo, não haveria uma categoria de identificação correspondente. A noção do homossexual como um tipo identificável de pessoa emerge na segunda metade do XIX, definido fundamentalmente em termos daqueles mesmos actos sexuais. Passava-se assim do sodomita como aberração temporária para o homossexual como uma espécie. Para Foucault, o factor decisivo nesse processo teria sido a medicalização.

Todavia, a autora não deixa de lado autores de pendor mais marxista, como D'Emilio ou Weeks, que abordam também a constituição social de grupos e identidades por parte dos actores sociais que se viam como partilhando uma preferência, suficientemente estruturante de formas de sociabilidade e potenciadora de identificações. Igualmente, as mesmas mudanças que permitiram que a heterossexualidade fosse culturalmente investida de sentidos outros que não a procriação, criaram também condições para a emergência de comunidades homossexuais urbanas. Seja como for, é crucial, metodologicamente, distinguir comportamento homossexual, que é universal e trans-histórico, de identidade homossexual, que só se desenvolve em condições históricas específicas.

O que distingue a emergência do "homossexual" na segunda metade do século XIX é o facto de que então se tomou inseparável e literalmente incompreensível sem o seu gémeo "normal", "o heterossexual". Assim, a heterossexualidade é também uma construção cujo significado depende de modelos culturais cambiáveis. Ora, nos finais do século XX, tanto a hetero quanto a homossexualidade foram naturalizadas.

A autora identifica duas contradições nos entendimentos - tanto homofóbicos quanto anti-homofóbicos - da hetero e da homossexualidade no século xx. A primeira contradição - entre visões de minoria e visões de universalização - centra-se em como se delimita o grupo designado como "homossexual". A segunda contradição é a que se dá entre transitividade e separatismo enquanto modelos para gerar o desejo homossexual: a primeira caracteriza o desejo pelo mesmo sexo como resultado da localização do homossexual como liminal ou na fronteira entre os géneros; a segunda constitui a homossexualidade como epítome do próprio género.

Mas as definições de identidade devem ser vistas como resultado, também, das iniciativas dos próprios visados. Depois de descrever sucintamente o movimento homófilo dos anos cinquenta e sessenta nos EUA, Jagose caracteriza o movimento de libertação gay, de modo a confrontá-lo com o subsequente queer (e, também, de modo a ver nos primórdios do primeiro elementos de semelhança com o segundo):

"Whereas homophile organisations had called for a liberal approach to social change, gay liberation challenged the status quo. Homophiles favoured the improvement of public relations and presented images of homosexuality that would be acceptable to mainstream society. Gay liberationists, by contrast, refused to pander to heterosexual anxieties and scandalised society with their difference rather than wooing it with claims of sameness. Whereas the homophile movement had come to advocate assimilation, gay liberation was constructed around the notion of a distinctly gay identity" (Jagose, 1996:31).

Esta fase do movimento seria caracterizada pela lógica do coming out, assumindo que a homossexualidade não é um mero aspecto privado do indivíduo, relevante apenas para amigos e colegas. Em vez disso, é uma ideptidade potencialmente transformativa que deve ser mostrada publicamente até deixar de ser um segredo vergonhoso, mas sim um modo legítimo de estar no mundo. Do ponto de vista mais político (e mesmo utópico), seriam vários os objectivos da libertação, segundo Dennis Altman: a erradicação dos

papéis sexuais; a transformação da família como instituição; o fim da violência homofóbica; a alteração das categorias monolíticas de homo e heterossexualidade a favor de uma bissexualidade potencial; o desenvolvimento de um novo vocabulário do erótico; e a compreensão da sexualidade como prazenteira e relacional, e não apenas reprodutiva ou como índice de status.

A mudança de um modelo liberacionista para um modelo étnico de identidade é explicável parcialmente em termos de uma desilusão geral com a grande escala do projecto liberacionista. De acordo com o modelo liberacionista, a ordem social estabelecida é fundamentalmente corrupta, e portanto o sucesso de qualquer acção política deve ser medido segundo os danos que causa ao sistema. O modelo étnico, por sua vez, dedicava-se a estabelecer a identidade gay como grupo minoritário legítimo, cujo reconhecimento oficial asseguraria os direitos de cidadania para os sujeitos gay e lésbicos. Este processo de etnicização triunfou nos EUA, em virtude da própria natureza política daquela sociedade, onde a etnicidade substitui e recobre (além demascarar) outras formas de diferenciação, como a classe social. Por sua vez, o papel central deste país nos processos contemporâneos de globalização, levaria à exportação deste modelo de cariz étnico.

Mas é certo que processos de centralização e marginalização ocorreram, repetiram-se, e novos grupos desafectados opuserem-se ou criticaram uma identidade gay singular ou unificada. Por exemplo, as sexualidades não normativas (ou as tendências minoritárias e segmentares dentro do universo gay) que se viram ainda mais patologizadas pelo modelo étnico de identidade gay. Embora fora do âmbito deste texto, as críticas mais substanciais à definição de um modelo gay hegemónico e de pendor étnico vieram de vários sectores lésbicos e/ou feministas.

Quanto às afinidades de pensamento entre queer e pós-estruturalismo, o programa apresentado pela autora pode ser assim resumido: uma política da identidade teria sido, em grande medida, substituída por uma política da diferença; a retórica da diferença substituiu o ênfase mais assimilacionista e liberal na similaridade com outros grupos. Esta mudança é característica de todo o pós-estruturalismo. O regresso do queer foi o resultado, no domínio da sexualidade, do encontro pós-moderno - e subsequente rejeição - com as noções do Iluminismo relativas ao papel, na mudança social, das noções do conceptual, do racional, do sistemático, do normativo, do progressivo, do liberatório e do revolucionário.

No descentramento final do sujeito cartesiano, a identidade foi reconceptualizada como mito ou fantasia cultural. Althusser argumentou que não pré-existimos como sujeitos: pelo contrário, somos constituídos enquanto tais pela ideologia. A sua tese central é que os indivíduos são "interpelados" pela ideologia, e essa interpelação é conseguida através de uma mistura de reconhecimento e identificação. De forma semelhante a muitas obras anglo-americanas de divulgação do pensamento pós-estruturalista, Jagose refere os outros "pais fundadores", segundo a versão algo híbrida daquela tendência no universo académico em inglês: Lacan, Saussure, Foucault.

Mas um lugar de destaque na discussão é conferido a Judith Butler e à sua elaboração do argumento de Foucault sobre as operações do poder e da resistência de modo a demonstrar os modos como as identidades marginalizadas são cúmplices dos sistemas identificatórios que procuram contrariar. Ela argumenta que o feminismo trabalha

contra os seus propósitos explícitos quando toma as "mulheres" como categoria âncora, pois o termo "mulher" não significa uma unidade natural mas uma ficção regulatória. E em vez de naturalizar o desejo pelo mesmo sexo - a estratégia usual dos movimentos gay - Butler contesta a verdade do género em si, argumentando que qualquer compromisso com a identidade de género funciona em última instância contra a legitimação dos sujeitos homossexuais. O género é, para Butler, uma ficção cultural, o efeito performativo de actos reiterativos. A razão porque não há identidade de género por detrás das expressões do género é que a identidade é performativamente constituída pelas próprias expressões que são vistas como sendo o seu resultado. Butler advoga a contestação dessa naturalização através da repetição deslocada da sua performatividade, chamando assim atenção para os processos que consolidam as identidades sexuais. Uma das estratégias recomendadas é a repetição paródica das normas de género. Foca, pois, no drag (o qual seria, a meu ver, a expressão icónica da própria atitude queer). O género é, então, performativo, não porque seja algo que o sujeito assume deliberadamente, mas porque, através da reiteração, consolida o sujeito. Não se trata, todavia, do mesmo que simplesmente "vestir roupa": o constrangimento é o pré-requisito da performatividade. Embora esta ressalva tente ultrapassar o carácter di fuso da localização do poder "a la" Foucault, não indica, a meu ver, com a clareza suficiente, quais as instituições e lugares de poder onde o género e a sexualidade são formados e reproduzidos.

Mas esta introdução confere algum destaque a um contexto que marcou, através do activismo, novas formas de fazer política sexual e, simultaneamente, de entender as identidades (ou a fragilidade destas). Trata-se do exemplo do discurso sobre o VIH/ Sida, que questionou o estatuto do sujeito no discurso biomédico; enfatizou as práticas sexuais e não as identidades; promoveu uma política de coligação que repensou a identidade em termos de afinidade e não de essência; e entendeu o discurso como uma realidade não separada da prática ou de segunda ordem. Grande parte da atitude "queer" teria sido, então, sistematizada como discurso nesse contexto.

Se é comum pensar que queer funciona sobretudo como modismo para distinguir gays de velho estilo dos de novo estilo, é certo que o termo pode ser usado para descrever uma população aberta, cujas características partilhadas não são a identidade mas um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade. Como no início do liberacionismo gay, queer confunde as categorias que licenciam a normatividade sexual; mas difere de "gay" porque evita a ilusão de que o seu projecto seja inventar ou desvelar uma qualquer sexualidade livre, natural ou primordial.

A inflexão de queer mais disruptiva das ideias de identidade, comunidade e política é a que problematiza as consolidações normativas do sexo, género e sexualidade e que, portanto, é crítica em relação a todas as versões de identidade, comunidade e política que são tidas como evoluindo "naturalmente" a partir dessas consolidações. Todavia, queer tem sido contestado como uma forma de apagar identidades (acusação que é feita por algumas pensadoras lésbicas), ou como consolidando uma cultura hegemónica pós-moderna (numa crítica semelhante à crítica do pós-modernismo ou do pós-colonialismo). Jagose prontifica-se a explicar que há versões de queer que atacam justamente fenómenos como o aburguesamento liberal de certas comunidades gay e da sua agenda de direitos cívicos assimilacionistas, ou o triunfo de modelos estéticos e eróticos baseados na noção de juventude e de certos modelos do corpo.

Em Portugal, as noções de comunidade, cultura, e política homossexual, precisariam de avaliar os três estádios do movimento (homofilia, gay e queer) e proceder ao bricolage conceptual e estratégico que a situação portuguesa de semi-periferia e atraso estrutural permitem (transformando, assim, esta situação de desvantagem numa vantagem), em vez de

subscrever um modelo desenvolvimentista, em que supostamente se teria que passar pelas "fases" por que se passou noutros contextos. Desde que, evidentemente, se proceda a um conhecimento da realidade gay em Portugal, de modo a conciliar teoria e prática com a realidade social objectiva. Talvez, então, o queering do movimento em Portugal, o seja de facto: único, híbrido e inovador - e, por isso mesmo, eficaz no plano dos projectos de felicidade das pessoas e no plano da acção política pelos direitos e reconhecimento.